

Paloma de Sousa Pinho^a 
Cíntia Maria Moraes Carneiro^b 
Tânia Maria de Araújo^b 

^a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Núcleo Saúde, Educação e Trabalho. Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil.

^b Universidade Estadual de Feira de Santana, Núcleo de Epidemiologia, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Feira de Santana, BA, Brasil.

Contato:
Paloma de Sousa Pinho
E-mail:
paloma@ufrb.edu.br

Como citar (Vancouver):
Pinho PS, Carneiro CMM, Araújo TM. Gênero e saúde no mundo do trabalho: reflexões sobre as contribuições e invisibilidades nas publicações da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. Rev Bras Saude Ocup [Internet]. 2026;51:edgt7. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/25025pt2026v51edgt7>



Gênero e saúde no mundo do trabalho: reflexões sobre as contribuições e invisibilidades nas publicações da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional

Gender and health in the world of work: reflections on contributions and invisibilities in the publications of the Brazilian Journal of Occupational Health

Resumo

Introdução: Este ensaio discute o gênero como categoria analítica para compreender as dinâmicas e desigualdades no trabalho e na saúde, a partir da avaliação das publicações da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO) ao longo de seus 52 anos. **Objetivos:** Identificar a presença e as características da abordagem do tema, bem como os desafios para sua incorporação nas discussões sobre trabalho e saúde. **Métodos:** Estudo qualitativo, exploratório e documental com análise crítica de 18 publicações, identificadas por buscas no acervo da RBSO. **Discussão:** As publicações revisadas dão visibilidade às desigualdades de gênero no trabalho, evidenciando que as mulheres enfrentam sobrecarga laboral, maior vulnerabilidade socioeconômica e acentuada precarização do trabalho – condições associadas ao adoecimento físico e mental. Apesar dessas contribuições, gênero é pouco explorado como categoria analítica central, o que restringe a compreensão das relações de poder que estruturam a divisão sexual do trabalho e seus impactos na saúde. Essa lacuna dificulta a apreensão da complexidade das experiências das mulheres e outros sujeitos subalternizados, contribuindo para a reprodução e agudização das desigualdades. Enfrentar essas assimetrias constitui um desafio histórico e atual, que exige compromisso ético, político e científico para transformar práticas e políticas voltadas à saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Palavras-chave: Divisão do Trabalho Baseada no Gênero; Equidade de Gênero; Saúde de Gênero; Saúde do Trabalhador; Análise Documental.

Abstract

Introduction: This essay discusses gender as an analytical category for understanding dynamics and inequalities in work and health, based on an assessment of publications from the Brazilian Journal of Occupational Health (RBSO) over its 52-year history. **Objectives:** The study aimed to identify the presence and characteristics of the approach to this theme, as well as the challenges to its incorporation into discussions on work and health. **Methods:** A qualitative, exploratory, and documentary study involving a critical analysis of the articles identified through searches in the RBSO collection. **Discussion:** The eighteen selected publications highlight gender inequalities in the workplace, with women facing work overload, greater socioeconomic vulnerability, and increased job insecurity — conditions associated with both physical and mental illness. Despite these contributions, gender is rarely explored as a central analytical category, which limits the understanding of the power relations that structure the sexual division of labor and its impacts on health. This gap hinders a more nuanced understanding of the complexity of the experiences of women and those of other marginalized groups, thereby contributing to the reproduction and exacerbation of inequalities. Addressing these asymmetries remains both a historical and current challenge, requiring ethical, political, and scientific commitment to transform practices and policies aimed at workers' health.

Keywords: Gender-Based Division of Labor; Gender Equality; Gender and Health; Occupational Health; Document Analysis.

Considerações iniciais

Historicamente, as experiências de homens e mulheres no mundo do trabalho são conformadas por desigualdades presentes nos diferentes contextos e ambientes laborais, gerando iniquidades que, conforme aponta a literatura, afetam de forma mais intensa a vida e a saúde das mulheres¹⁻³.

Ao longo do tempo, o trabalho tem sido moldado pelas formas de organização social, expressando as relações econômicas, políticas e culturais que estruturam cada sociedade. De modo geral, as profissões resultam dessas formas de organização, refletindo e reproduzindo suas hierarquias e desigualdades^{3,4}. Assim, a forma como o trabalho se organiza afeta a vida e a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, expressando os efeitos das desigualdades sociais.

Desvelar as desigualdades, dando visibilidade às suas estruturas de produção-reprodução, é tarefa fundamental. Nesse sentido, a produção científica exerce papel central ao revelar as manifestações concretas dessas desigualdades e seus impactos. Desde 1973, a Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO) tem sido um importante espaço para a publicação de estudos em saúde do trabalhador e da trabalhadora, oferecendo contribuição significativa ao campo. A RBSO é um periódico científico, de caráter multidisciplinar, editado e publicado pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Com acesso aberto e revisão por pares, objetiva difundir artigos originais de pesquisas sobre Segurança e Saúde do Trabalhador (SST). Dessa forma, a análise de suas publicações permite uma visão abrangente do campo como um todo, evidenciando a presença ou ausência de determinadas temáticas na produção científica.

Para iniciar a discussão, cabe esclarecer a perspectiva adotada sobre os conceitos de trabalho e gênero, considerando a amplitude e diversidade de seus significados na literatura. Neste ensaio, o conceito de trabalho foi analisado a partir de uma perspectiva ampliada, que abrange não apenas atividades remuneradas, mas também aquelas invisibilizadas pela sociedade, como as tarefas domésticas e de cuidado realizadas para a própria família ou em benefício de outras pessoas, sem remuneração. O conceito de gênero enfatiza as relações socialmente construídas que estabeleceram – e ainda mantêm – diferenças na inserção e na permanência de homens e mulheres em posições específicas no mundo do trabalho⁵. Essas posições estruturam sistemas de valorização e desvalorização social que constituem vantagens ou vulnerabilidades. Tais desigualdades, historicamente consolidadas, contribuem para o adoecimento do corpo feminino. Esse conceito também é reafirmado nas normas de submissão da revista, que destacam a diferenciação entre os termos sexo e gênero. O primeiro refere-se às características biológicas e fisiológicas que distinguem organismos masculinos e femininos, enquanto o segundo se alinha à concepção apresentada por Scott⁵.

As instruções aos autores também enfatizam que “tanto sexo quanto gênero devem ser adequadamente considerados no desenho e condução dos estudos, assim como na publicação de seus resultados”. Uma nota editorial foi publicada pela RBSO, em 2022, reforçando a necessidade dessa diferenciação e sugerindo a adoção das diretrizes sobre Equidade de Sexo e Gênero na Pesquisa (*Sex and Gender Equity in Research – SAGER*). Adotar tais medidas busca superar barreiras na incorporação das dimensões sexo e gênero na pesquisa e nas publicações científicas⁶.

Este estudo buscou identificar a presença e as características da abordagem de gênero nas publicações da RBSO ao longo de mais de cinco décadas, analisando criticamente seus desdobramentos e os desafios para incorporação dessa discussão nas análises sobre trabalho e saúde.

Para a apresentação deste ensaio, foram organizadas três seções. A primeira discute os fundamentos históricos e teóricos do gênero no trabalho. A segunda apresenta o percurso metodológico, os resultados e as reflexões críticas sobre como o gênero tem sido abordado no contexto do trabalho e sua relação com a saúde. A terceira seção analisa os desafios para o enfrentamento das iniquidades de gênero no mundo do trabalho.

Do passado ao presente: as relações de gênero no mundo do trabalho

Durante a evolução da sociedade, o trabalho tem assumido diferentes concepções e práticas, podendo ser genericamente compreendido como “meio de sobrevivência e uso das potencialidades e capacidades criadoras do homem”, que regula a relação dos homens entre si e destes com a natureza⁷ (p.19).

Embora possua uma dimensão individual, marcada pela subjetividade de quem o executa, o trabalho reflete, sobretudo, aspectos da organização coletiva, evidenciando seu caráter social nas distinções observadas na inserção e permanência de homens e mulheres no mercado de trabalho, configurando a chamada divisão sexual do trabalho.

Esse conceito, amplamente estudado e debatido por sociólogas feministas como Daniele Kergoat e Helena Hirata, contrapõe-se à ideia de que a distinção entre trabalho masculino e feminino decorre de determinantes biológicos supostos, frequentemente utilizados para legitimar essa diferenciação. Para essas autoras, a naturalização das desigualdades resulta de construções sociais que não apenas definiram espaços específicos para a atuação de homens e mulheres, mas também perpetuaram uma relação hierárquica desigual entre ambos^{3,5,8}.

Enquanto os homens foram inseridos em atividades sociais produtivas em espaços públicos, as mulheres foram confinadas a papéis sociais restritos à esfera privada, em atividades de cuidado da família e do lar. A partir dessa divisão, o papel feminino na família passou a ser idealizado com foco na preparação das mulheres para serem mães e esposas exemplares, com suas atribuições sociais gradualmente compreendidas como habilidades inerentes à natureza feminina, especialmente no que se refere à dedicação às tarefas domésticas⁹.

As delimitações desses espaços transformaram-se ao longo do tempo, especialmente com a maior inserção das mulheres na força de trabalho. Contudo, as consequências dessas divisões ainda são evidentes em muitas profissões e ocupações, nas quais a “masculinização” e a “feminização” das tarefas permanecem marcantes. Por exemplo, atividades domésticas e de cuidado (remuneradas ou não) são naturalizadas como atividades femininas, enquanto funções no setor da construção civil são geralmente associadas aos homens.

É possível afirmar que as diferenças não se limitam apenas ao campo da definição de profissões masculinas e femininas, mas impactam a valorização/desvalorização social do trabalho feminino. Um estudo que avaliou a divisão do trabalho remunerado e doméstico em 18 países europeus identificou variações na desigualdade de gênero que oscilaram entre níveis moderados e elevados¹⁰. No Brasil, assim como em países europeus, a participação da mulher no mercado de trabalho apresenta desigualdades salariais, segregação por tipo de atividade, menor disponibilidade para o emprego formal. Porém, esta realidade é ainda mais acentuada no contexto brasileiro.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua¹¹ apontam que, no ano de 2018, antes da pandemia de Covid-19, a taxa de ocupação e o salário eram superiores entre trabalhadores do sexo masculino em relação ao feminino, sendo que os primeiros ganhavam, em média, 27,1% mais. Em 2020, a pandemia de Covid-19 intensificou as desigualdades, especialmente sobre o trabalho doméstico não remunerado, pois o contexto exigiu a permanência das pessoas em seu domicílio, reduzindo as redes de apoio (escolas, creches e trabalhadores domésticos remunerados). O cenário pandêmico intensificou as demandas por limpeza, preparo de alimentação e cuidados^{12,13}, além de provocar a transferência abrupta do trabalho remunerado para o ambiente doméstico. Essa forma de trabalho, que já era invisível antes da pandemia, reforçou os papéis tradicionais e, consequentemente, aprofundou as desigualdades¹⁴.

O cenário pós-pandêmico não alterou essa realidade, visto que a força de trabalho de pessoas do sexo feminino ainda enfrenta maior desocupação quando comparada àquela do sexo masculino (a taxa de desocupação de pessoas do sexo feminino, no primeiro trimestre de 2025, foi de 8,7 contra 5,7 entre pessoas do sexo masculino)¹⁵. O trabalho remoto ainda continua presente, mesmo que em menor intensidade, e o doméstico permanece uma atribuição das mulheres.

Compreender as formas de organização social do trabalho e dimensionar os impactos das desigualdades oriundas da divisão sexual dos trabalhos (remunerados ou não) é um importante passo não só para o reconhecimento das diferenças pontuadas, mas para o necessário enfrentamento dessa problemática.

Estudos publicados, a partir da década de 1970, investigam a associação entre as condições ambientais e da organização do trabalho e o processo saúde-doença. Este, enquanto fenômeno biopsicossocial, possui relação direta com a organização e processo de trabalho⁷, de modo que tal organização pode ser favorável ou gerar riscos à saúde física e mental dos indivíduos¹⁶. Esforços vêm sendo registrados na construção de estudos que buscam esclarecer esta relação, entre as características do trabalho e os efeitos à saúde do trabalhador.

A RBSO destaca-se como um dos poucos periódicos brasileiros voltados para a Saúde do Trabalhador, com mais de 50 anos de existência e um amplo acervo sobre o tema. Analisar suas publicações para compreender como o gênero e saúde vêm sendo estudados e discutidos no contexto do trabalho ao longo dos anos pode contribuir significativamente para dar visibilidade ao trabalho feminino e aos seus impactos na saúde das mulheres.

Trabalho, Gênero e Saúde: contribuições e reflexões das publicações da RBSO

Na tentativa de dimensionar a contribuição da RBSO sobre o tema nos seus mais de 50 anos de publicações (1973 a 2024), foi realizada uma busca exploratória dos artigos publicados que objetivaram analisar as questões de gênero, trabalho e saúde. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter exploratório e documental, baseado na revisão e análise crítica das publicações selecionadas.

As buscas foram realizadas, inicialmente, na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), uma plataforma de indexação da revista que dispõe das edições publicadas entre os anos de 2003 até 2024. Essa busca foi complementada pela pesquisa nos arquivos digitalizados, disponibilizados pela secretaria da RBSO, cujas edições foram publicadas entre os anos de 1973 até o ano de 2002. Portanto, o período de estudo compreendeu todo o período de existência da revista.

Diversos descritores (“divisão do trabalho baseada no gênero” ou “estudos de gênero” ou “diferenciais de gênero” e “saúde”) e palavras-chave (“divisão sexual do trabalho” ou “divisão do trabalho”) foram utilizados na busca pelas publicações. Essa estratégia de busca mostrou-se pouco sensível, com pouca ou nenhuma localização de artigos; assim, novas estratégias foram utilizadas. A combinação do termo “gênero” com o descritor “saúde” foi a que gerou o maior número de artigos: 19 localizados na SciELO e quatro nos arquivos digitalizados. Após esse primeiro levantamento, foi feita leitura dos resumos por duas pesquisadoras, seguida da leitura integral do artigo para confirmar a relação do estudo com o tema. Neste processo, dois artigos foram excluídos por não estarem associados ao tema; 21 foram mantidos. Dentre estes, três não discutiam o gênero como categoria de análise principal, mas apresentaram resultados que indicaram sua relevância para os desfechos investigados. Os demais 18 abordaram teoricamente as questões de gênero e saúde e/ou analisaram o gênero como uma variável de exposição direta, dimensionando sua relação com o desfecho estudado.

Entre os três artigos que não discutiram gênero como uma categoria analítica principal, mas continham resultados que enfatizaram a sua relevância, estão: a) avaliação de saúde mental, com estimativas de transtornos mentais (TM) em trabalhadores de uma universidade pública¹⁷ que identificou maior prevalência entre as mulheres; b) análise de associação entre espondiloartrose lombar e trabalho pesado – que não encontrou associação estatisticamente significativa com gênero, mas identificou maior prevalência do desfecho entre as mulheres¹⁸; c) validação de um instrumento de mensuração da saúde mental em uma amostra de trabalhadores de informática, considerando seu desempenho entre homens e mulheres¹⁹.

Os 18 artigos que abordaram diretamente temáticas de gênero, saúde e trabalho estão apresentados na **Figura 1** – uma linha temporal sintetiza as publicações ao longo do tempo, com informações sobre a metodologia aplicada em cada estudo.

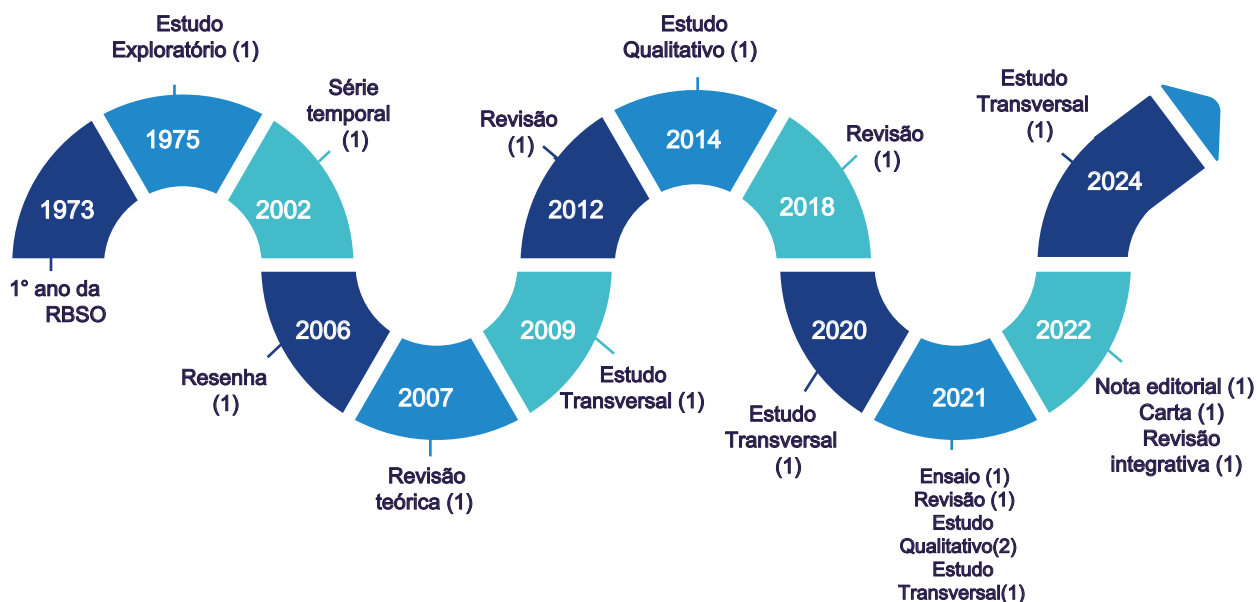


Figura 1 Linha do tempo das publicações da RBSO em temáticas de gênero e seus respectivos desenhos de estudo.
Fonte: elaboração própria, a partir de RBSO.

Observa-se aumento recente no número de publicações sobre gênero, trabalho e saúde na RBSO. Ao longo do tempo, a revista passou a incluir artigos de revisão²⁰⁻²³ e análises do tema a partir da perspectiva teórica^{6,12,13,24,25}.

Cabe destacar o caráter inovador da revista ao publicar, em 1975, o estudo exploratório “Efeitos do trabalho sobre o organismo feminino”²⁶. Inserido no contexto de emergência do movimento feminista e reconhecendo a sua relevância social, o estudo buscou analisar possíveis efeitos nocivos do trabalho sobre o organismo feminino. O adoecimento mental foi identificado como o principal motivo de afastamento das mulheres do trabalho por busca de auxílio previdenciário. Além disso, o estudo ressaltava características do trabalho, como a baixa remuneração e a repetitividade de tarefas nas profissões analisadas. Diferentemente de estudiosas do feminismo, as autoras justificavam a definição de atribuições masculinas e femininas com base nas diferenças físicas entre os sexos, ressaltando as limitações femininas para o trabalho devido às peculiaridades físicas e destacando também as subjetividades emocionais das mulheres²⁶. No entanto, essa abordagem, ao enfatizar aspectos biológicos, negligencia que fatores como remuneração e repetitividade das tarefas não estão diretamente relacionados às diferenças biológicas, mas sim às construções sociais que moldam a divisão do trabalho e seu sistema de valores. Nesse sentido, Pizzatto, Garbin e Amadei²⁷ fortalecem essa visão crítica ao destacar que a diferenciação dos espaços ocupados resulta das relações sociais entre os gêneros.

Em 2002, foi publicado um estudo²⁸, com dados agregados, que objetivou avaliar a evolução e características sociais e demográficas das lesões por esforços repetitivos da região metropolitana de Belo Horizonte, nos anos 1990. O estudo, ancorado na categoria gênero, buscou identificar situações específicas do trabalho de homens e mulheres e as consequências diferenciadas na saúde. Os resultados apontaram a predominância dos casos de lesão por esforço repetitivo (LER) entre as mulheres e maior exposição e exploração da força de trabalho feminina – situação resultante do processo histórico de segregação ocupacional que imputa às mulheres as tarefas mais repetitivas e monótonas²⁸.

Outras sete publicações buscaram investigar, por meio de estudos qualitativos e transversais, diferentes aspectos do trabalho associados ao adoecimento, considerando questões de gênero. O **Quadro 1** apresenta síntese dos principais resultados de análises de associação desenvolvidas nesses estudos.

Quadro 1 Estudos qualitativos e transversais com foco no tema “Trabalho, saúde e gênero” publicados na RBSO (1973–2024)

Autor (ano)	Objetivos	Principais resultados
Estudos qualitativos		
Arreal e López (2014) ²⁹	Analisar os impactos do trabalho noturno na saúde de trabalhadoras do setor metalúrgico.	Foram identificadas desigualdades de gênero que impactavam diretamente nas condições de saúde das trabalhadoras metalúrgicas no turno noturno. Dentre as especificidades, destacaram-se: a subvalorização do trabalho, o tempo de descanso limitado, alimentação irregular, dificuldades para organizar a vida fora do ambiente laboral, ausência de rede de apoio e sobrecarga de responsabilidades. Esses fatores contribuíam para o sofrimento mental e outros tipos de adoecimentos.
Lopes et al. (2021) ³⁰	Compreender a percepção de trabalhadoras da pesca artesanal acerca dos riscos e agravos relacionados ao trabalho e das ações de promoção à saúde dirigidas a essa atividade produtiva.	As pescadoras, em sua maioria com baixa escolaridade e baixa renda, enfrentavam condições de trabalho precárias em ambientes hostis, como o manguezal. Frequentemente sofriam quedas, fraturas, ferimentos, afogamentos e apresentavam sintomas musculoesqueléticos relacionados à atividade laboral. No entanto, não percebiam esses eventos como decorrentes de exposição ocupacionais. Também não identificavam ações de promoção de saúde dirigidas a elas.
Cardillo, Gemma e Fuentes-Rojas (2021) ³¹	Compreender a organização e as características do trabalho das merendeiras, assim como seus efeitos tanto para a implementação do programa de alimentação escolar, quanto para as próprias trabalhadoras.	O trabalho das merendeiras foi identificado como um trabalho feminino. A dupla jornada de trabalho, assim como o trabalho doméstico era exercido pela maior parte das entrevistadas. Foi relatada fragilidade do vínculo empregatício (terceirização) e elevada rotatividade das profissionais, além da falta de investimentos em ferramentas adequadas que auxiliassem na realização das atividades.
Estudos Transversais		
Vidal e Silvany Neto (2009) ³²	Traçar o perfil das mulheres brasileiras inseridas no mercado de trabalho, comparativamente aos homens, segundo características sociodemográficas, condições de saúde e situação socioeconômica de trabalho, utilizando dados da PNAD-IBGE de 2003.	Em comparação aos homens, as mulheres apresentaram maior escolaridade, porém, rendas mensais inferiores e jornadas mais curtas de trabalho remunerado. Em contrapartida, as mulheres dedicavam mais tempo às atividades domésticas. Houve distribuição desigual entre os sexos nos grupamentos ocupacionais. Entre as trabalhadoras, foram identificadas maiores prevalências de doenças crônicas e relatos mais frequentes de pior estado geral de saúde.
Sousa, Araújo, Pinho e Freitas (2020) ³³	Avaliar fatores associados à insatisfação com o trabalho em saúde, segundo gênero.	A insatisfação com o trabalho foi elevada entre homens (27,4%) e entre as mulheres (25,6%). Em ambos os grupos, a insatisfação no trabalho associou-se a ter idade até 40 anos, vínculo temporário e atividades incompatíveis com o cargo. Entre as mulheres, ter escolaridade até o nível técnico ou médio/fundamental evidenciava redução da insatisfação

Continua

Silva et al. (2021) ³⁴	Estimar a prevalência de distúrbios musculoesqueléticos e seus principais fatores de risco em catadoras de marisco em uma comunidade na Bahia.	Foram entrevistadas 139 mulheres, com média de 44,3 anos, majoritariamente pardas/pretas (89,2%), casadas (66,9%), com filhos (93,5%), baixa escolaridade (57,6% até o fundamental incompleto) e renda mensal média de R\$ 234,00. Predominaram trabalhadoras até 30 anos na ocupação (58,3%), carga diária de até 6 horas (54,0%), sem pausa para o almoço (89,9%) e que carregavam até 25 kg por até 60 minutos (73,5%). A maioria avaliou as condições de trabalho como ruins (60,4%) e todas relataram dores musculoesqueléticas, especialmente nas costas. Destacaram-se como fatores de risco: o excesso de movimento, a sobrecarga nos membros superiores, a ausência de pausas e o ritmo acelerado de trabalho.
Sousa e Araújo (2024) ³⁵	Analisar os efeitos isolados e combinados do gênero, da raça e dos estressores ocupacionais sobre a saúde mental de trabalhadores e trabalhadoras da saúde.	A prevalência global de TMC foi de 21,7%, sendo maior entre mulheres, negros e pessoas expostas aos estressores laborais. Entre as mulheres negras em situação de Desequilíbrio Esforço Recompensa, a prevalência de TMC foi três vezes maior em relação aos homens brancos em situação de equilíbrio (grupo de referência). O efeito combinado dos fatores excedeu a soma dos efeitos isolados, demonstrando interação entre gênero, raça e estressores ocupacionais.

Pnad: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua; IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; TMC: Transtornos Mentais Comuns.

A análise dos estudos transversais com foco no trabalho, saúde e gênero publicados na RBSO (1981–2022) revela que as desigualdades de gênero seguem estruturando as condições de trabalho e seus impactos na saúde das mulheres. Os achados evidenciam tanto a persistência da divisão sexual do trabalho quanto as múltiplas formas de precarização que atingem de maneira desproporcional as trabalhadoras, especialmente as de baixa renda e inseridas em atividades informais ou baixo reconhecimento social.

O cenário perpetua a histórica naturalização dos processos sociais conectando o universo feminino do trabalho às habilidades manuais (marisqueiras) e aos cuidados dedicados às outras pessoas (merendeiras e trabalhadoras da saúde). Em contrapartida, Arreal e López²⁹ avaliaram o trabalho das mulheres no setor metalúrgico, visibilizando a inserção delas em uma ocupação majoritariamente masculina. Apesar disso, os achados apontam a manutenção da desigualdade de gênero, pois a função exercida na empresa pelas mulheres estudadas estava restrita ao setor de distribuição de peças.

Também foram descritas condições precárias de trabalho entre as mulheres³⁰, assim como desigualdades de gênero evidenciadas pela subvalorização do trabalho executado pelas mulheres, expressa na ausência de plano de carreira, baixos salários, dificuldades na conciliação entre vida profissional e familiar, falta de rede de apoio e sobrecarga das responsabilidades²⁹.

Nos estudos quantitativos, destacam-se marcadamente os contrastes de gênero em relação à remuneração, jornada laboral e condições de saúde autorreferida. Três estudos avaliaram diretamente os diferenciais de gênero e saúde entre homens e mulheres. O primeiro observou maior prevalência de doenças crônicas com relatos de piores estados de saúde entre as trabalhadoras; o segundo identificou uma relação inversa, com diferenças de gênero, entre escolaridade e insatisfação com o trabalho, ou seja, apenas entre as mulheres, a maior escolaridade esteve associada à insatisfação no trabalho; e o terceiro identificou interação entre gênero, raça e estressores ocupacionais na saúde mental, com as mulheres sendo mais afetadas.

Isso sugere que, mesmo que mulheres e homens estejam inseridos no mercado de trabalho, as mulheres estão expostas a condições mais prejudiciais à saúde ou têm uma sobrecarga maior (como a dupla jornada de trabalho: emprego e tarefas domésticas). Adicionalmente, mesmo sendo mais qualificadas, elas podem enfrentar barreiras como desigualdade salarial, falta de oportunidades de ascensão, discriminação ou desvalorização no ambiente de trabalho. Esses descompassos impactam negativamente tanto a sua saúde quanto a satisfação profissional.

O estudo com catadoras de marisco revelou um quadro preocupante de vulnerabilidade social e adoecimento, marcado por baixa escolaridade, múltiplas responsabilidades familiares e condições econômicas muito precárias. Todas as mulheres relataram dores musculoesqueléticas, com destaque para a região lombar, diretamente relacionadas à sobrecarga física, ausência de pausas e repetitividade das tarefas. Esses dados confirmam a sobrecarga física imposta a trabalhadoras em ocupações manuais, pouco valorizadas e marcadas pela informalidade, com forte componente de gênero e raça.

De forma geral, os resultados revelam que:

- As desigualdades de gênero seguem estruturando as condições de trabalho e seus impactos sobre a saúde das mulheres.
- As formas de precarização atingem de maneira mais intensa e sistemática as mulheres, sobretudo aquelas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.
- Persistem processos de naturalização que associam o trabalho feminino a habilidades consideradas “naturais”, como o cuidado e o trabalho repetitivo.
- As mulheres continuam enfrentando barreiras sistemáticas. A sobrecarga com as responsabilidades familiares, somada à ausência de redes de apoio, contribui para a estagnação profissional.
- As condições precárias de trabalho afetam diretamente a saúde das mulheres, com relatos frequentes de doenças crônicas, dores musculoesqueléticas e sofrimento mental.
- Os dados apontam que a maior escolaridade não necessariamente se traduz em satisfação ou reconhecimento no ambiente de trabalho para as mulheres.
- Mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres acumulam desvantagens que se expressam em piores indicadores de bem-estar e maior carga de trabalho total (remunerado e não remunerado).
- Os efeitos das desigualdades são agravados quando se considera a intersecção entre gênero, raça e classe social.
- Há escassa ou nenhuma política de promoção de saúde ocupacional voltada especificamente às mulheres em diversos setores.

Esses dados indicam que as desigualdades de gênero permanecem naturalizadas tanto no campo do trabalho quanto no da saúde, sendo reforçadas por marcadores interseccionais como classe, raça e território. A invisibilidade das mulheres em determinadas ocupações e a ausência de respostas institucionais adequadas contribui para perpetuar os ciclos de adoecimento e exclusão, como bem documentaram as publicações da RBSO.

Redução das iniquidades de gênero no trabalho: um velho, mas ainda atual desafio

Apesar da tendência crescente de publicações em gênero e saúde no trabalho nos últimos anos, ainda é evidente a persistente invisibilidade do gênero como categoria analítica central. Mesmo com os critérios estabelecidos nas normas da revista para a distinção entre os termos “sexo” e “gênero”, muitos estudos que se intitulam pesquisas de gênero não realizam uma análise crítica das estruturas de poder, das dinâmicas sociais e das intersecções entre gênero, raça, classe, sexualidade e trabalho^{5,36}. Assim, ao abordarem o tema de maneira superficial ou descontextualizada, esses estudos acabam por reproduzir silenciamentos e perpetuar a invisibilidade de grupos historicamente marginalizados.

Essa abordagem limitada contribui para a reprodução das desigualdades de gênero no campo da saúde laboral, ao não reconhecer a diversidade e a complexidade das experiências vividas por mulheres e outros sujeitos subalternizados nos diferentes contextos de trabalho. Em vez de desafiar as hierarquias estruturais de um sistema patriarcal e capitalista, muitos estudos reforçam tais desigualdades ao ignorar os efeitos concretos da divisão sexual do trabalho, da sobrecarga da dupla jornada e da violência simbólica e material que atravessa os corpos que trabalham³.

Nesse cenário, a construção de novos caminhos analíticos e práticos é um desafio urgente e necessário. A adoção de uma abordagem interseccional mostra-se promissora, pois permite reconhecer como os marcadores sociais de diferença se articulam para produzir desigualdades específicas na saúde de trabalhadoras e trabalhadores. A interseccionalidade, ao evidenciar os múltiplos e simultâneos sistemas de opressão, amplia a capacidade de compreensão dos determinantes sociais da saúde, especialmente no que tange à experiência de trabalhadoras expostas a contextos de precarização, assédio moral, violência de gênero e sobrecarga laboral^{37,38}.

Diante desse desafio persistente e contemporâneo, cabe explorar novas abordagens. A adoção de uma perspectiva interseccional, que reconheça as formas diferenciadas como as desigualdades de gênero afetam a saúde, deve ser prioridade. Entre as iniciativas necessárias estão programas de formação continuada para gestoras, gestores e trabalhadores voltados aos impactos específicos das desigualdades de gênero na saúde. Tais programas devem contemplar temas como estresse ocupacional, adoecimento mental, violência simbólica e física, além da exaustão resultante da conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo³⁹.

A efetivação de mudanças estruturais exige, portanto, não apenas vontade política e institucional, mas também um comprometimento ético e epistemológico com a justiça social. Reduzir as iniquidades de gênero no trabalho é um velho desafio que permanece atual – e que convoca a produção científica, a gestão em saúde e o movimento sindical a romper com paradigmas androcêntricos, abrindo espaço para abordagens inclusivas, críticas e transformadoras.

Referências

1. Araújo TMD, Carneiro CMM, Pinho PS. Novos observatórios no mundo do trabalho: avanços e desafios na avaliação da relação entre trabalho doméstico e saúde mental. In: Schmidt MLG, Rumin CR, organizadores. *Psicologia e saúde no trabalho: da teoria à prática*. São Paulo: FiloCzar; 2023. p. 42–56.
2. Carneiro CMM, Pinho PS, Teixeira JRB, Araújo TM. Trabalho doméstico não remunerado: persistência da divisão sexual e transtornos mentais. *Rev Saude Publica*. 2023;57:e31. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004502>
3. Hirata H, Kergoat D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cad Pesqui*. 2007;37(132):595–609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
4. Saffioti HIB. *A mulher na sociedade de classes: mitos e verdades*. 3a ed. São Paulo: Expressão Popular; 2013.
5. Scott J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educ Real*. 1995;20(2):71–103.
6. Garcia LP. Equidade de sexo e gênero na pesquisa e na publicação científica: as diretrizes SAGER e suas listas de verificação. *Rev Bras Saude Ocup*. 2022;47:e21. <https://doi.org/10.1590/2317-6369nt122pt2022v47e21>
7. Neves MYR, Seligmann-Silva E, Athayde M. Saúde mental e trabalho: um campo de estudo em construção. In: Figueiredo M, organizador. *Cenários do trabalho: subjetividade, movimento e enigma*. Rio de Janeiro: DP&A; 2004. p. 19–49.
8. Hirata H. *Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung; 2015 [citado 17 mar 2026]. Disponível em: <https://collections.fes.de/publikationen/ident/fes/12133>
9. Santos LS, Diniz GRS. Donas de casa: classes diferentes, experiências desiguais. *Psicol Clin*. 2011;23(2):137–49. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000200009>
10. Cunha V, Atalaia S. The gender(ed) division of labour in Europe: patterns of practices in 18 EU countries. *Sociol Probl Prat*. 2019;(90):113–37. <https://doi.org/10.7458/SPP20199015526>
11. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2019 [citado 17 mar 2026]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

12. Araújo TM, Lua I. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. *Rev Bras Saude Ocup.* 2021;46:e27. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000030720>
13. Mata JAL, Samimi SAB. Mães acadêmicas durante e após a pandemia de COVID-19. *Rev Bras Saude Ocup.* 2022;47:ecov1. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000018121>
14. Sullivan C, Lewis S. Home-based telework, gender, and the synchronization of work and family: perspectives of teleworkers and their co-residents. *Gend Work Organ.* 2001;8(2):123-45. <https://doi.org/10.1111/1468-0432.00125>
15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. PNAD contínua: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2025 [citado 17 mar 2026]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>
16. Minayo C, Machado JMH, Pena PGL, organizadores. Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2011 [citado 17 mar 2026]. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/qq8zp>
17. Guimarães LAM, Martins DA, Grubits S, Caetano D. Prevalência de transtornos mentais em trabalhadores de uma universidade pública do estado de São Paulo. *Rev Bras Saude Ocup.* 2006;31(113):7-18. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572006000100002>
18. Silva RA, Ribeiro AC. Associação entre espondiloartrose lombar e trabalho pesado. *Rev Bras Saude Ocup.* 2009;34(119):51-7. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572009000100006>
19. Fernandes SRP, Almeida Filho N. Validação do SRQ-20 em amostra de trabalhadores de informática. *Rev Bras Saude Ocup.* 1997;24(89):105-12
20. Andrade CB, Santos DL, Bitercourt SM, Vedovato TG. Migrações, trabalho de cuidado e saúde de cuidadoras: revisão integrativa. *Rev Bras Saude Ocup.* 2022;47:e10. <https://doi.org/10.1590/2317-6369/07020pt2022v47e10>
21. Andrade CB, Assis SG. Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura. *Rev Bras Saude Ocup.* 2018;43:e11. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000012917>
22. Brito JC, Neves MY, Oliveira SS, Rotenberg L. Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero. *Rev Bras Saude Ocup.* 2012;37(126):316-29. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000200013>
23. Pizzinga VH. Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da COVID-19: reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas. *Rev Bras Saude Ocup.* 2021;46:e25. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000025020>
24. Lima MEA. Contribuições da Clínica da Atividade para o campo da segurança no trabalho. *Rev Bras Saude Ocup.* 2007;32(115):99-107. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572007000100009>
25. Venco S. O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução - um estudo das trabalhadoras do telemarketing. *Rev Bras Saude Ocup.* 2006;31(114):173-5. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572006000200015>
26. Souza MA, Sá A, Machado PM, Vieira AE. Efeitos do trabalho sobre o organismo feminino. *Rev Bras Saude Ocup.* 1975;3(10):31-6.
27. Pizzatto E, Garbin CAS, Amadei M. Perfil dos acidentes de trabalho ocorridos no município de Araçatuba-SP nos anos de 2000 e 2001. *Rev Bras Saude Ocup.* 2004;29(90):57-62. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572004000200007>
28. Salim CA. Trabalho, saúde e gênero: um estudo sobre as lesões por esforços repetitivos. *Rev Bras Saude Ocup.* 2002;27(103):49-64.
29. Arreal JF, López LC. Trabalhadoras de turno noturno: relações de gênero, produção de vulnerabilidades e promoção da saúde. *Rev Bras Saude Ocup.* 2014;39(139):184-97. <https://doi.org/10.1590/0303-7657000080113>
30. Lopes IBS, Bezerra MGV, Silva LRC, Andrade NSM, Carneiro FF, Pessoa VM. Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS). *Rev Bras Saude Ocup.* 2021;46:e5. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000028719>
31. Cardillo VH, Gemma SFB, Fuentes-Rojas M. Um olhar interdisciplinar sobre o trabalho das merendeiras terceirizadas de escolas estaduais do município de Campinas, SP. *Rev Bras Saude Ocup.* 2021;46:e3. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000004819>
32. Vidal RQS, Silvany Neto AM. Trabalhadoras brasileiras: características socioeconômicas e ocupacionais e perfil de saúde, Brasil, 2003. *Rev Bras Saude Ocup.* 2009;34(120):115-27. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572009000200003>
33. Sousa CC, Araújo TM, Pinho PS, Freitas AMC. Insatisfação com o trabalho em saúde: fatores associados e diferenciais de gênero. *Rev Bras Saude Ocup.* 2020;45:e11. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000027118>
34. Silva RA, Nery AA, Pena PGL, Rios MA, Paula RP. Sintomas musculoesqueléticos em catadoras de marisco. *Rev Bras Saude Ocup.* 2021;46:e4. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000020819>

35. Sousa CC, Araújo TM. Efeitos combinados de gênero, raça e estressores ocupacionais na saúde mental. *Rev Bras Saude Ocup.* 2024;49:edepi12. <https://doi.org/10.1590/2317-6369/15222pt2024v49edepi12>
36. Crenshaw K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *Univ Chic Leg Forum.* 1989;1989:139-67.
37. Collins PH. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.* 2a ed. New York: Routledge; 2000.
38. Crenshaw K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Rev.* 1991;43(6):1241-99. <https://doi.org/10.2307/1229039>.
39. Schraiber LB. Gênero e saúde: contribuições para o debate teórico-metodológico. *Cienc Saúde Colet.* 2003;8(1):185-93.

Contribuições de autoria: Pinho PS, Carneiro CMM, Araújo TM contribuíram na concepção do estudo; na coleta, análise e interpretação dos dados; na redação e revisão crítica do manuscrito. As autoras aprovaram a versão final e assumem responsabilidade pública integral pelo trabalho realizado e o conteúdo publicado.

Disponibilidade dos dados: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração sobre uso de Inteligência Artificial: As autoras declaram que não foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial para a elaboração do artigo.

Financiamento: As autoras declaram que o estudo não foi subvencionado.

Conflitos de interesses: As autoras declaram que não há conflitos de interesses.

Apresentação do estudo em evento científico: As autoras informam que o estudo não foi apresentado em evento científico.

Recebido: 26/10/2025

Revisado: 27/12/2025

Aprovado: 05/01/2026

Editoras responsáveis:

Leila Posenato Garcia 

Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança
e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO

Lúcia Rotenberg 

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ